

GÊNERO E RAÇA NA FORMAÇÃO EM ENGENHARIA NO BRASIL: breve análise histórica e o caso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Gender and race in the formation of engineer in Brazil: A brief historical analysis and the case of Federal University of Federal University of Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Jacqueline A. dos Santos, Nádia F. de Souza, Tarcila M. Atolini

RESUMO

Neste trabalho procura-se investigar gênero e raça no ensino superior e mais especificamente na Ciência e Tecnologia. Objetiva-se fazer uma análise histórica observando o impacto da expansão na Educação Superior juntamente com a implantação das Políticas de Ações Afirmativas. Analisa-se também a participação de mulheres negras na UFVJM, fazendo uma comparação entre os cursos de BCT, BHU e Odontologia, sendo os dois primeiros implantados em tempos de expansão do ensino, e este último, o curso mais antigo e tradicional da universidade. Toma-se uma reflexão das oportunidades da democratização educacional na construção de uma sociedade justa e sem discriminação. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e posteriormente análise de dados, que foram disponibilizados pelo DRCA. Explora-se as condições de igualdade e oportunidade das mulheres negras no meio acadêmico, espaço ocupado e suas conquistas.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Ciência e Tecnologia. Ações Afirmativas. Mulheres no Ensino Superior.

ABSTRACT

This dissertation investigates gender and race in higher education and more specifically in Science and Technology. It aims to make a historical analysis looking at the impact of the expansion in higher education with the implementation of Affirmative Action Policies. It also analyzes the participation of black women in UFVJM, making a comparison between the courses BCT, BHU and Dentistry. The first two courses were implanted in education's expansions, and the last one, is a older and traditional university course. It is a reflection of the opportunities in educational democratization in building a just society without discrimination. We conducted a literature research and a data analysis posteriorly, that was provided by DRCA. It explores the conditions of equality and opportunity for black women in academia, occupied space and its achievements.

Keywords: Gender. Race. Science and technology. Affirmative Action. Women in Higher Education.

INTRODUÇÃO

É evidente ainda nos dias atuais a disparidade de gênero entre diferentes cursos superiores em nível global. Enquanto as salas de Pedagogia, por exemplo, possuem grande presença feminina, nas de Engenharia, predominam os rapazes. Bahia e Laudares (2013) constataram que atualmente as mulheres vêm se adentrando na área de Engenharia, porém, em algumas áreas, essa presença ainda não é representativa. Refletir sobre esse fato pode parecer uma tarefa fácil, mas não basta apenas observar a formação cultural de meninos e meninas para compreender o porquê dos diferentes “interesses” na hora de escolher a formação superior. É preciso adentrar nas relações de gênero fora da universidade e dentro dela, analisar, por exemplo, os conteúdos, formatos e propósitos, para os quais os próprios cursos são concebidos.

Isso se coloca como tarefa para o presente trabalho, mas, para além de analisar as estatísticas e buscar o entendimento sobre as diferenças de gênero na universidade, a proposta aqui é compreender como isso vem evoluindo ao longo do tempo, se essa evolução sofreu alguma influência relacionada às políticas de democratização do acesso ao ensino superior nos últimos anos e, principalmente, refletir sobre o possível lugar/papel da mulher, e em especial a negra, no desenvolvimento tecnocientífico do país

É fato que as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior incluiu números significativos de jovens pobres e negros nas universidades, alterando drasticamente o perfil dos estudantes em diversas universidades. Porém quanto ao recorte de gênero, como isso vem ocorrendo? A ampliação do acesso, por si só, pode colaborar com equidade de gênero e raça entre os diferentes cursos? A pergunta demonstra uma preocupação com relação ao acesso de mulheres negras nos cursos de Engenharia, mas carrega consigo uma angústia ainda maior, a luta pela democratização da Engenharia e uma formação mais humanista, crítica e socialmente comprometida das engenheiras e dos engenheiros.

Desse modo, o texto a seguir inicia-se com uma revisão bibliográfica que buscará o entendimento necessário de questões como a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade, o modelo de universidade que temos e o que queremos, a atual formação em Engenharia e, é claro, compreender as relações de gênero e raça na sociedade, no ensino superior e no desenvolvimento tecnocientífico. Além dessas reflexões, o trabalho apresentará um levantamento estatístico realizado na

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Serão analisados os históricos de ingresso de mulheres que se autodeclaram negras nos cursos de “Bacharelado em Humanidades”, conhecido com BHU, e “Bacharelado em Ciência & Tecnologia”, ou BCT, bem como mulheres ingressas no curso de Odontologia. Ambos pertencem ao campus Diamantina.

Espera-se que as reflexões aqui trazidas possam dar suporte à construção de políticas públicas ou políticas internas na UFVJM que possibilitem uma maior participação das mulheres negras no desenvolvimento tecnocientífico e na construção dos cursos de Engenharia.

O MODELO DE UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A FORMAÇÃO EM ENGENHARIA NO BRASIL

Antes de adentrar a questão central e relacionar as questões de gênero e raça nos cursos de Engenharia, é de bom tom buscar entender melhor o campo do ensino superior no Brasil, o modelo de universidades que temos e, principalmente, como ela relaciona desenvolvimento técnico-científico com desenvolvimento social através da Engenharia.

A origem do ensino de Engenharia no Brasil, em caráter formal e contínuo, ocorreu em 17 de dezembro de 1792 com a instituição da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (ALCOFORADO, 2012).

Engenheiras começaram a se formar no início do século XX. No Paraná, um Curso de Engenharia Civil na Universidade Federal do Paraná (UFPR) começou em 1912 em Curitiba. Somente três décadas depois, forma-se a primeira engenheira, Enedina Alves Marques, mulher, negra e pobre (FARIAS, 2007).

Saraiva (2008), acredita que a forte masculinidade que acerca a Engenharia têm como um dos fatores causadores a tradição ocidental moderna¹ onde tem-se que o lugar de produção de bens é masculino. Para ela dizer que a Engenharia é profissão “para homens” constitui-se, ainda, numa afirmativa fácil e frequentemente aceita.

Considerando essa linha histórica da Engenharia pode-se afirmar que a inserção da mulher nesse campo é um rompimento de valores que as discriminam em carreiras tidas como predominantemente masculinas. A inserção da mulher no mundo tecnológico considerando o tempo da opressão sofrida por elas, verifica-se que esse processo chega até a uma velocidade significativa. Este é um caminho

¹Uso o adjetivo “moderno” em relação àquilo que historicamente é conhecido como Modernidade, caracterizado por determinadas formas de pensar, de ser e estar no mundo (SARAIVA, 2008).

cheio de desafios, onde as mulheres mesmo sem deixar de ser o pilar da família, foram persistentes e correram atrás de conhecimentos nessa área (BAHIA E LAUDARES, 2003).

Ao trazer essa discussão de gênero e posteriormente de raça para o campo científico e tecnológico, colocamos também em questionamento se a Engenharia do modo que existe hoje, está preparada, ou pelo menos se preparando, para suprir a necessidade dessa nova demanda de engenheiras e engenheiros provenientes de camadas que desde sempre foram excluídas. É válido também buscar entender como essa mudança tem afetado e afetará a sociedade com o passar do tempo.

DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NO ENSINO SUPERIOR

Vários autores têm se interessado no estudo de desigualdades de gênero, através da interpretação de diversos indicadores sociais. Indicadores que nos ajudam a apontar, por exemplo, a baixa representação política das mulheres e seus baixos salários. Os indicadores também permitem analisar as diferenças entre gênero, classe e etnia na população.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2012), 51,3% da população brasileira é formada por mulheres. Segundo o IPEA, em 2009 a população brasileira já era composta também por maioria negra, sendo 51,1% da população total. Desse total 49,9% de mulheres totalizando pouco mais de 48 milhões se autodeclararam negras^{II}. (ALVES; CAVENAGHI, 2013).

A busca por direitos iguais entre os sexos é um elemento fundamental para a construção de igualdade de gênero e tem sido bandeira de movimentos feministas em todo o globo. Na educação, essa luta ganha sentido estratégico, uma vez que a mulher tem cumprido o papel de reproduzir, de geração em geração, os valores, as crenças e os conceitos que regem a nossa sociedade. No entanto, também pode ser ela a responsável por construir e produzir uma nova cultura (ALVES E CORRÊA, 2009)

Bezerra (2010) afirma que durante muito tempo as mulheres foram tidas como inferiores biologicamente e menos inteligentes que os homens. Essa diminuição

^{II}De acordo com o IBGE, para formar a classificação de negros, é feita a soma da população preta à população parda.

feminina em relação aos homens contribuiu para a dificuldade de acesso das mulheres ao ensino superior. Esse acesso foi uma grande conquista delas, que lutaram por esse direito no mundo todo.

Em 1970, com a grande expansão das universidades é que as mulheres realmente começam a fazer parte, de forma significativa, no ensino universitário no Brasil. Essa participação aconteceu principalmente nas Ciências Humanas e Sociais (BARROSO E MELLO, 1975; ROSEMBERG 1997, BEZERRA 2010)

Os estudos de Rosemberg (1994) sugerem que mulheres e homens escolhem carreiras diferentes. As mulheres tendem a seguir cursos de teor humanísticos enquanto os homens, cursos de caráter técnicos.

Em 2013, o Censo da Educação Superior confirma que as mulheres são maioria ingressantes, matriculadas e concluintes no ensino superior. Além disso, o Censo também confirma que a diferenciação de gênero por área do conhecimento existe.

As mulheres encontram barreiras históricas e necessitam de grande esforço para superar a condição de desvantagem em relação aos homens, as negras necessitam ainda mais.

A raça no Brasil hoje é mecanismo de segregação que acarreta desvantagens sociais de acordo com a cor, raça e cor são condições diferentes dentro do sistema de discriminação racial. Busca-se entender o estágio que a mulher negra se encontra atualmente no Brasil, a importância dos movimentos feministas negros e qual caminho está sendo percorrido no sentido da igualdade.

Mesmo sendo 23% da população brasileira, e compor a parte mais expressiva das mulheres, os indicadores sociais mostram que as negras ocupam os piores níveis de classificação social. Crisostomo e Reigota (2010) afirmam que, além das mulheres negras apresentarem o menor nível de escolaridade, são as menos remuneradas e as que possuem maior carga horária de trabalho. Dados (IPEA, 2011) explicitam que, no contexto da informalidade, 21,4% delas estão no trabalho doméstico e apenas 23,3% trabalham com carteira assinada. Assim, são elas que, a partir dos dados sobre renda, detêm a pior posição na escala social. Certamente, as desigualdades de gênero, principalmente as raciais, afetam a participação da mulher negra na universidade.

A pouca presença da mulher negra na universidade instiga e gera questionamentos. A universidade enquanto espaço de produção de conhecimento é também um espaço de conflitos, tanto do ponto de vista racial quanto de gênero. Para as mulheres negras, a disputa é dupla. A ausência de pessoas negras na

universidade, a carência ainda maior de professoras negras e ver mulheres negras limpando o chão da faculdade é no mínimo pavoroso.

Para Benedito (2008) a educação, além de ser um instrumento de transformação social, cultural e econômica, também tem o dever de criar condições de desenvolvimento das capacidades de todas as pessoas. Independentemente de raça, crença, etnia, origem, sexo ou orientação sexual. Paralelamente à autora, Heringer e Paula (2012) afirmam que a educação de mulheres negras é uma estratégia para contornar a situação da mulher e da população negra do país. Mas constantemente essa população encontra dificuldades no ensino superior.

Para ingressar nesse espaço de alta competitividade, os estudantes negros, incluindo as mulheres negras, sofrem grande pressão devido à carência de capital cultural exigido nesse espaço. Um exemplo é o domínio de línguas estrangeiras, o que gera um processo de exclusão simbólica com consequências em seu desempenho (PINTO 2006).

Pinto (2006) relata que as mulheres brancas estão presentes em percentual significativo em todos os cursos da área de Humanas e Exatas, e seus menores percentuais estão na área das Tecnológicas, mas ainda assim elas representam mais do que o triplo do número de mulheres negras.

De acordo com Pereira *et al* (2008) as mulheres negras são sub-representadas na universidade e estão inseridas nas carreiras consideradas tipicamente femininas, comprovando uma intensa divisão sexual e racial das carreiras universitárias. Os autores ainda afirmam que a participação das mulheres negras em áreas com maior reconhecimento social e prestígio é menor que a de mulheres brancas.

ALGUMAS CONQUISTAS COM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Por muito tempo o acesso ao ensino superior foi extremamente restrito. Sabemos que no Brasil as universidades, tanto particular quanto pública, eram formadas por uma minoria elitista. Com o passar dos anos percebeu-se a necessidade da criação de maneiras para melhorar o acesso às universidades, isso levou a criação de várias políticas e adesão de várias medidas em relação ao ensino superior. O sistema de cotas, as ações afirmativas e outros programas de inclusão à universidade ainda hoje são assuntos de grande discussão e geram opiniões controversas, principalmente quanto às cotas raciais. Nesse capítulo vamos abordar

como ocorreu a aplicação dessas políticas, como elas vêm se concretizando e qual o seu impacto.

A Reforma da Educação Superior do governo Lula iniciou-se com a instituição o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) (SANTOS E CERQUEIRA, 2009).

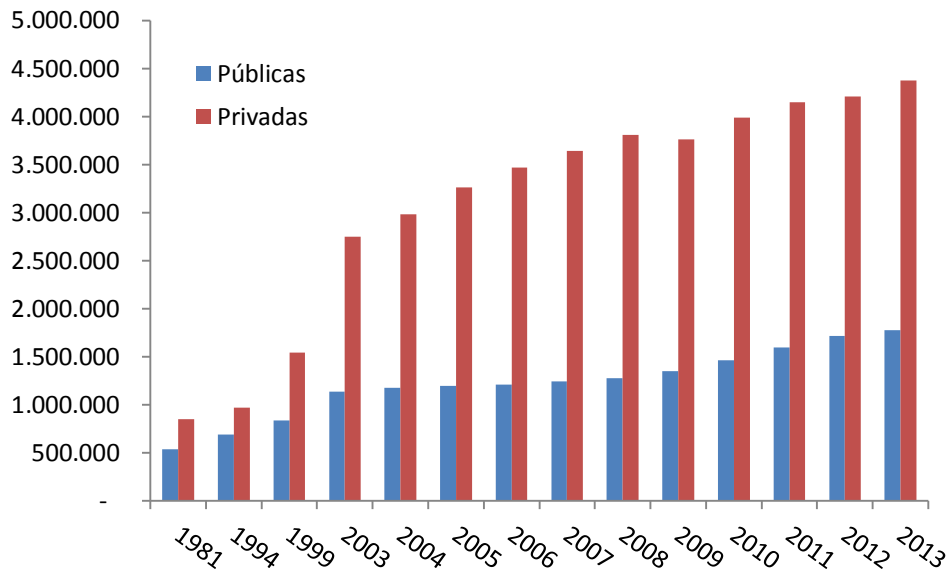
Em 2004 é instituído o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior (ações afirmativas); a expansão da rede federal de ensino superior; a ampliação do atendimento via educação superior à distância; a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas; e mais recentemente, a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (NOGUEIRA, 2008).

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) foi criado para financiar a graduação na educação superior em instituições privadas (cursos superiores não gratuitos). No âmbito do ensino superior público, o Reuni foi instituído com objetivo da ampliação de acesso e a permanência na educação superior pública.

A educação superior passou a ser assunto importante a partir de 2003, como já abordado anteriormente, a Figura 1, aponta exatamente isso. As matrículas nas universidades tiveram um aumento expressivo a partir de 2003. Anterior a isso houve pouca evolução quanto ao número de matrículas.

À parte das críticas ao sucateamento do ensino público e da mercantilização do ensino é inegável que o número representa uma verdadeira avalanche de pessoas pobres e conseqüentemente pretas nas universidades brasileiras.

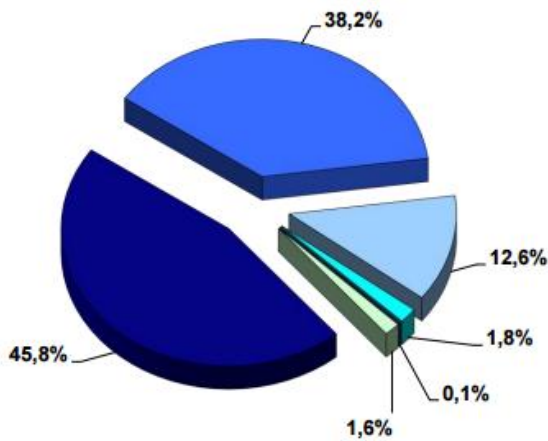
Figura 1 Número de Matrículas em Cursos de Graduação presencial por categoria Administrativa- Brasil 1981/2013



Fonte: Elaboração própria- Dados MEC 2014

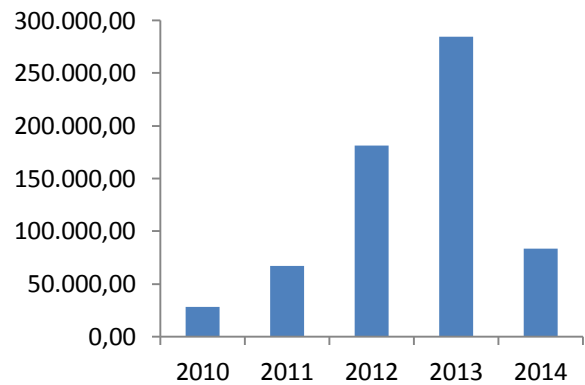
Figura 2 Distribuição de Estudantes negros beneficiados pelo ProUni e FIES - Brasil 2009 a 2014

Distribuição dos bolsistas do ProUni segundo raça/cor 2009-20014



- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Não Informada

Contrato de bolsas de estudantes negros- FIES



Fonte: MEC/ Elaboração própria

Fonte: ProUni

A Figura 2 permite afirmar que o ProUni alcança significativamente os negros, indo de acordo com a proposta do programa. A raça predominante refere-se à negra com autodeclarados de 50,8% seguida da branca com 45,8%. As denominadas indígena, amarela e outra, não apresentam porcentagem significativa. Da mesma forma é inegável que o FIES também contribuiu de forma expressiva para a inserção do negro na universidade. Desse modo os programas contribuem para reverter a injustiça histórica brasileira, fornecendo condições de elevação social, cultural e econômicas para uma parcela da sociedade desfavorecida por anos.

É de interesse para o nosso estudo ainda saber que 62,2% dos beneficiários de bolsas ProUni do ano de 2013 era formado por mulheres negras e 48% dos beneficiários do FIES era de estudantes da pele preta, segundo o Ministério da educação.

Outra política, neste pacote, que também impactou o acesso ao ensino superior, e a que mais interessa ao desenvolvimento desse trabalho é a inserção de ações afirmativas na seleção dos estudantes. As ações afirmativas foram criadas com o intuito de proteger minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. Logo, elas existem para incentivar as organizações a inserir estudantes de segmentos sociais (OLIVEN, 2007). As ações afirmativas são precursoras na entrada de jovens negros e de baixa renda no ensino superior. Assim, com o FIES, ProUni, Reuni e Sisu, contribuem diretamente para o aumento de matrículas nas universidades, sejam de instituições públicas ou privadas.

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DO PERFIL DOS ALUNOS DA UFVJM

As reflexões anteriores conseguem fornecer ao trabalho uma base teórica, e histórica, indispensável para o estudo sobre o perfil dos estudantes na UFVJM, quanto a gênero e raça. Vale acrescentar aqui que a UFVJM foi objeto de estudo no presente trabalho por ser a instituição na qual as autoras desenvolveram esse trabalho como estudantes do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Além dessa motivação, encontra-se na UFVJM um contexto bastante curioso, merecedor dessa análise, pois é uma instituição jovem enquanto universidade federal, construída na base das recentes políticas de democratização do ensino superior do governo Lula, numa região estigmatizada pelos seus baixíssimos índices de desenvolvimento humano (IDHs). A Universidade Federal dos Vales do

Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) tem sua origem na Faculdade de Odontologia de Diamantina.

O curso de Odontologia começou em 1954, em 1960, a Faculdade de Odontologia foi incorporada ao Sistema Federal de Ensino Superior. Em 2002, com a criação de novos cursos transformou-se em Faculdades Federais Integradas de Diamantina, inaugurando setembro de 2003, um novo campus, denominado Campus Juscelino Kubitschek de Oliveira, conhecido como Campus JK.

Em 2005 evoluiu para a condição de Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Também foi criado o Campus do Mucuri, na cidade de Teófilo Otoni MG.

A UFVJM foi uma das universidades que aderiram ao Reuni. Os cursos Bacharelados Interdisciplinares (BI), que fizeram parte do pacote, foram implantados em 2008. O campus Diamantina, no qual a análise do estudo de caso presente foi feita, conta com o Bacharelado em Humanidades e o Bacharelado em Ciência e Tecnologia desde essa data.

O BI é um curso de formação universitária interdisciplinar e ampla, que oferece ao estudante uma formação profissional de graduação generalista, em um período de tempo mais curto do que os cursos convencionais, mínimo de três anos. Esse curso pode, ainda, ser a base para a obtenção de uma segunda formação mais específica, em dois anos.

O estudante formado no curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT), por exemplo, tem a possibilidade de ingressar em um dos cursos de Engenharia que a instituição possui em seus *campi*. No caso do campus de Diamantina, é possível escolher entre Engenharia Química, mecânica, de Alimentos ou Geológica. Enquanto isso, o formado no Bacharelado em Humanidades pode optar entre Bacharelado em Turismo, Letras/Espanhol, Letras/Inglês ou as Licenciaturas (Geografia, História e Pedagogia).

Por semestre são admitidos, no total, 2830 alunos em todos os *campi*, sendo 150 no BCT e 240 alunos no BHU, no campus JK. O BCT é um curso diurno que conta com aulas durante os períodos da manhã e tarde BH, enquanto que o BHU é um curso noturno, com aulas entre 18:00 e 23:00.

Esses dois cursos chave para a expansão da UFVJM, com o Reuni, são os principais objetos de análise desse estudo. O curso de Odontologia foi incluído na análise, pela possibilidade de ampliar a comparação entre os Bacharelados Interdisciplinar (BIs) recentes com esse curso, que é o mais antigo da instituição,

apesar do curso de Odontologia não ser representativo da área de Saúde. Serão observadas as proporções de gênero, raça e idade dos(as) estudantes nesses três cursos matriculados(as).

Busca-se compreender onde a mulher negra encontra-se na UFVJM. Os cursos de humanas da UFVJM também carregam a carga de serem extremamente femininos, como o que se apresenta recorrente nos estudos sobre outras universidades? Como está a participação da mulher negra nos cursos de Engenharia da UFVJM? Essas são algumas questões motivadoras da análise e, com isso, talvez seja possível entender se as ações afirmativas também têm contribuído, para além do acesso de mulheres negras no ensino superior, para uma distribuição mais equitativa em relação a gênero e raça entre as diferentes áreas do conhecimento.

Como explicitado anteriormente, dentre os cursos presentes na UFVJM foram escolhidos os três supracitados, representando as áreas, Saúde, Humanidades e Exatas, para análise e comparação quanto à raça, gênero e idade dos discentes. Os dados apresentados são referentes às matrículas do primeiro período letivo de 2015 (2015/01). Para essa análise foram utilizados dados de matrícula fornecidos pelo Diretório de Registro Acadêmico (DRCA) da UFVJM. Os dados são restritos aos discentes ativos, ou seja, somente a classe de alunos que se encontra com matrícula ativa no período de referência, independentemente do nível em que se encontra no curso. Qualquer outro discente em categoria diferente dessa (trancado, desligado, formados, cancelados, afastado), não foi contabilizado.

Análise por gênero dos cursos de BCT, BHU e Odontologia

Somando-se os três cursos em questão, tem-se 2035 discentes ativos no primeiro período letivo de 2015. Desses, 1230, mais de 60% são do sexo feminino (Tabela 1). Isso confirma o que Rosemberg (1994) já havia detectado: o gênero já não representa um empecilho tão grande para o acesso ao ensino superior. Para ela, depois da crise econômica de 80, as famílias foram obrigadas a colocar as mulheres no mercado de trabalho, para manter o status social. Mas, para competir com os homens, elas precisavam de uma qualificação educacional superior à deles. Similarmente, o livro “A Questão de Gênero no Brasil” afirma que as mulheres veem na escolaridade um instrumento para atualizar suas capacidades. Elas podem se sentir obrigadas a se superar, para compensar a discriminação por gênero.

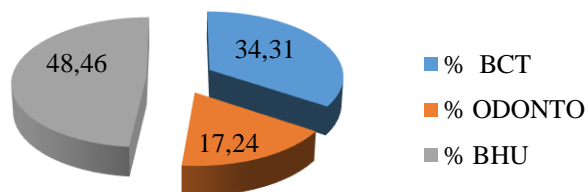
Tabela 1 - Total de discentes ativos nos cursos de BCT, Odontologia e BHU em 2015.1

Curso	Total	Masculino	Feminino	% de Mulheres
BCT	861	439	422	49
Odontologia	295	83	212	71
BHU	879	283	596	67
Total	2035	805	1230	60

Fonte: Elaboração própria

Tratando da totalidade de mulheres matriculadas nesses três cursos, 1230 alunas, vemos que quase metade, 48,46% estão no curso de Humanidades, pouco mais de 31% no BCT seguido pela Odontologia com 17%, de acordo com a Figura 3. Em relação ao total de matrículas em cada curso, nota-se a disparidade entre a porcentagem de mulheres. Elas são 67% dos matriculados no BHU e 71% na Odontologia, contra 49% no BCT. Historicamente, os estereótipos atribuídos à classe feminina, segundo Queiroz (2004) contribuíam para a divisão das carreiras. Assim, às mulheres cabiam a carreiras voltadas à preparação para o ensino secundário e à ‘cultura humanística’.

Figura 3 Distribuição das mulheres analisadas por curso



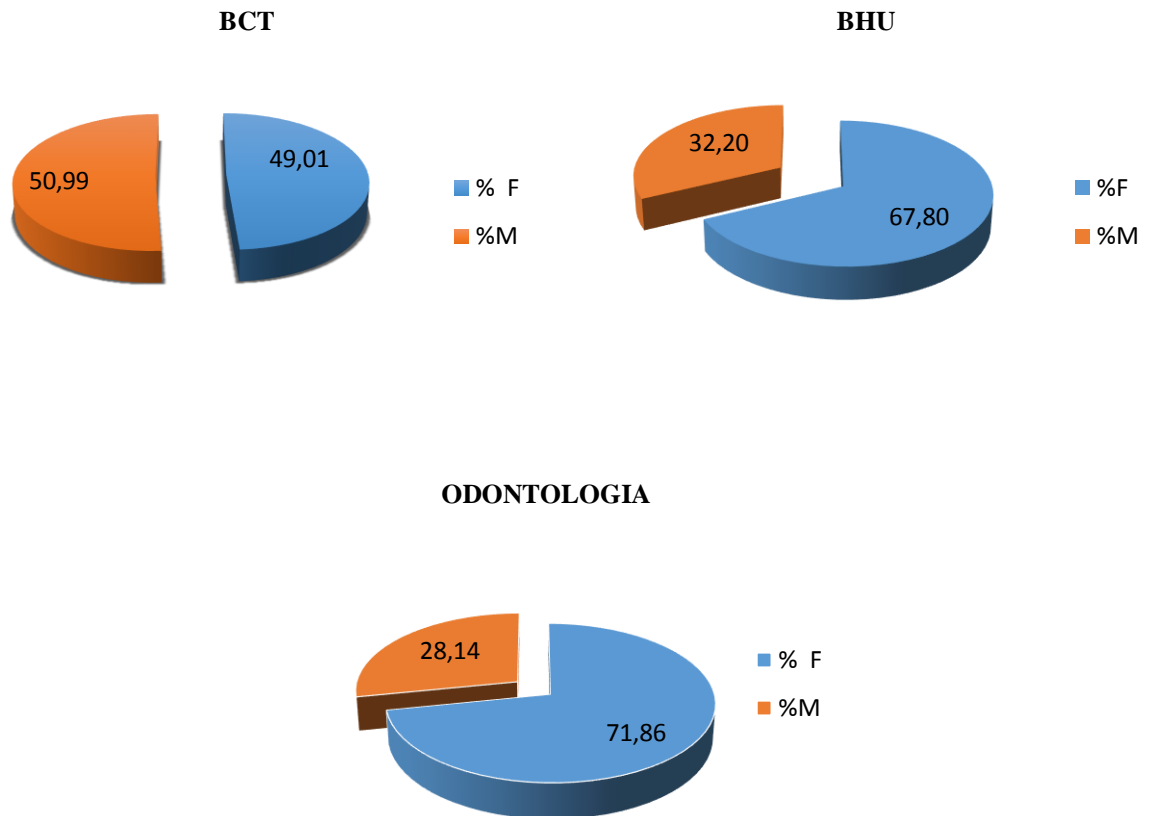
Fonte: Elaboração própria

No curso de BCT Diamantina, as mulheres são 49% dos discentes ativos, contra 51% de pessoas do sexo masculino. Isso vem de encontro com os estudos de Bruschini e Lombardi (1999) que afirmam que após os anos 70, devido mudanças sociopolíticas de valores houve um aumento da presença feminina em carreiras de mais prestígios. As autoras ainda destacam que, entre as Engenharias, as que possuíam maior número de mulheres ingressantes são Engenharia de Alimentos e Engenharia Química. Esse fato pode também explicar a presença feminina no curso de, já que essas Engenharias são opções de formação específica disponíveis no campus JK, após o término do curso.

No curso de BHU, a diferença entre homens e mulheres ultrapassa os 35 pontos percentuais, o que segue a tendência da tal “preferência” feminina por carreiras de humanas, o que já foi relatado em estudos, como os de Lombardi (2005). Vale destacar que esse curso é basicamente, a porta de entrada para as licenciaturas, isto é, formação de professores para a escola básica, profissão tida como feminina.

Nos cursos de Humanidades e Odontologia, a parcela masculina é bem menor que a feminina. Podemos considerá-los cursos predominantemente femininos. Na Odontologia, curso aqui representando a área da Saúde tem maioria feminina atingindo cerca de 72% (Figura 4). De acordo com Ávila (2009) em 2005 os cursos da área de Saúde, as mulheres já eram maioria dos ingressantes, exceto no curso de Educação Física. Para Queiroz (2000), as carreiras que possuem características que, de alguma forma façam analogia a tarefas do mundo doméstico, tradicionalmente exercido pelas mulheres e voltadas para o cuidado com os outros como a Odontologia, são ‘guetos’ femininos.

Figura 4 Distribuição discente por curso, por gênero



Legenda: F= Feminino M=Masculino

Fonte: elaboração própria

Na UFBA Queiroz (2001) também identificou que as mulheres eram melhor representadas que os homens na Odontologia, considerada uma carreira de alto prestígio. Embora o campo seja apreciável aos homens, pelas possibilidades econômicas e sociais oferecidas, tem-se que a associação de gênero e classe explica a participação feminina. Esse seria um espaço de inserção de mulheres “oriundas de camadas média-alta e alta da sociedade, de cursos secundários de boa qualidade”, em busca de uma carreira que atenda às expectativas de profissionalização do seu grupo social. Daí ser possível dizer que o curso de Odontologia, apesar de já acolher um maior número de mulheres, se restringe por classe social e, conseqüentemente, por raça, já que vivemos em um país onde as classes sociais possuem raça, como debatido anteriormente.

Análise por idade dos cursos de BCT, BHU e Odontologia

É nítido que a participação de pessoas mais velhas se encontra no curso de Humanidades (Tabela 2), onde mais de 42% dos discentes têm mais de 24 anos. Tratando-se do BCT esse valor não ultrapassa 7,33%. Entre os(as) discentes do curso de Odontologia, 17,06% tem mais de 24 anos, mais próximo do que ocorre com o BCT. O que pode explicar a alta idade dos(as) discentes do curso de Humanidades é que ele é ministrado no período noturno. Os cursos noturnos possibilitam que seus cursistas possam trabalhar durante o dia, o que atrai pessoas com mais idade e mais pobres, que precisam trabalhar para se manter (e até mesmo manter sua família) e que não tiveram oportunidade de estudar anteriormente. No caso da UFVJM ainda adiciona-se a falta de assistência estudantil.

Tabela 2- Distribuição percentual por idade por curso

	Até 24 anos	Mais de 25 anos
BCT	92,67	7,33
BHU	57,79	42,21
ODO	82,94	17,06

Legenda: ODO= Odontologia

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o Censo 2010 as mulheres com mais de 25 anos estão em maior proporção nas áreas de Educação e Humanidades e Artes, correspondendo a respectivamente 83 e 74,2 % das mulheres no ensino no país.

Observando a Tabela 3, vemos que no curso de humanidades mulheres com mais de 25 anos somam quase 29% dos discentes do curso, enquanto no BCT esse percentual é de apenas 2,7 e Odontologia 10,92. As mulheres com mais de 25 anos são bem representadas somente no curso de Humanidades, essa participação vem de encontro com os dados do Censo 2010.

Tabela 3- Distribuição percentual por idade, por gênero por curso

		Até 24 anos	Mais de 25 anos
BCT			
	F	46,40	2,67
	M	46,28	4,65
BHU			
	F	38,91	28,90
	M	18,89	13,31
ODO			
	F	60,75	10,92
	M	22,18	6,14

Legenda: F= Feminino M=Masculino

Fonte: Elaboração própria

Análise por raça e gênero dos cursos de BCT, BHU e Odontologia

Ao analisarmos o contingente de discentes mulheres, as negras representam maioria das estudantes, como mostra a Tabela 4, são mais da metade entre as mulheres. Entre discentes ativos nos cursos, chegam a 30 pontos percentuais, de acordo com a Tabela 5. É de bom grado ver em números que as medidas paliativas podem estar sim contribuindo para a inclusão da mulher negra no espaço universitário. Essa é uma grande vitória.

Tabela 1- Distribuição feminina por raça

	Amarelo	Branco	Negros	Indígena	ND
Número	20	230	630	3	347
%	1,63	18,70	51,2	0,24	28,21

Legenda: ND= não declarados

Fonte: Elaboração própria

Porém caímos em uma situação específica quando vamos um pouco mais profundo, não só analisando os números superficialmente. Primeiramente, esses números são de auto declaração o que pode nos levar a uma conclusão errônea, pois hoje, muito se fala na declaração por conveniência, como não há fiscalizações podemos sim ter casos de pessoas brancas loiras de olhos azuis declaradas como

pardas/pretas. Então, as medidas podem não ser eficazes e nossos resultados estarem somente no papel, e não nos corredores das universidades, como é o desejado. Não diferente, o número de não declarados pode ter grande influência no resultado da análise, pois este representa 28,2% uma parcela relativamente alta.

Em segundo lugar, mas não menos importante, o mito da democracia racial causa uma confusão. As pessoas se veem como parda, mesmo, na situação brasileira sendo privilegiadas pelo tom da pele.

Tabela 2- Distribuição percentual por gênero por raça

	Amarelo	Branco	Negros	Indígena	ND
Feminino	0,98	11,30	30,96	0,15	17,05
Masculino	0,54	9,88	19,07	0,00	10,07

Fonte: Elaboração própria

Temos uma diferença enorme olhando os negros separados por gênero: as mulheres estão praticamente 12 pontos percentuais mais presentes que os homens (Tabela 5). Qual o motivo para isso? É uma característica dos cursos analisados? Buscando respostas para os questionamentos gerados, podemos dizer que essa é uma tendência nacional.

A mulher negra busca se qualificar mais que o homem negro. Esse fato se repete em outras camadas da educação. Nos seus estudos, Sueli Carneiro (1995) aborda que as mulheres negras devem estudar de cinco a sete anos a mais que as mulheres brancas para alcançarem as mesmas oportunidades na sociedade. A variável raça, de acordo com Telles *apud* Lima (2013), referente à probabilidade de obtenção de emprego no setor formal, atinge muito mais as mulheres do que aos homens. Logo, o nível de escolaridade das mulheres negras se torna um pré-requisito fundamental para o seu ingresso neste setor de trabalho.

As mulheres autodeclaradas pretas quando comparadas com as brancas estão sub-representadas. Elas representam 10,16% da totalidade, são mais de oito pontos atrás das brancas. Apesar do aumento do acesso das mulheres ao ensino superior essa realidade ainda não cabe às mulheres pretas. É difícil achar uma explicação suficiente sobre o assunto, mas é fato que no sistema em que vivemos, quanto mais embranquecidas, mais chances as pessoas têm. Não é de se estranhar que isso aconteça na universidade. Não é diferente nesses cursos, dos quais, dois possuem

características de alto prestígio. Se para a mulher já foi uma caminhada longa se adentrar nesses cursos, as mulheres pretas necessitam romper muito mais barreiras.

Os estudos de Queiroz (2004) revelam que o acesso a carreiras de prestígios é privilégio dos brancos. No nosso caso, não podemos afirmar esse comportamento. O perfil dos discentes analisados, induzem uma maior proporção de negros no BCT.

O recorte de gênero mostra que os homens são maioria em todos contingentes raciais somente no BCT.

As mulheres negras são as que possuem os piores acessos aos direitos básicos, como Saúde e trabalho, a caminhada das mulheres negras é mais longa e lenta com uma grande carga histórica para ser superada. Isso reflete na universidade, o curso de Humanidades, que possui a maior taxa de mulheres negras e a menor de mulheres brancas, e isso se dá pela ocupação dessas mulheres nos espaços de menor aceitação e “importância” social.

Muitas negras não têm oportunidades de acesso a um bom ensino médio, bem como não tem a possibilidade de somente estudar. Na maioria das vezes, necessitando então de ter uma jornada dupla de trabalho e estudo, esses são os principais fatores que dificultam o acesso às carreiras de maiores prestígios sociais, já que estes, em sua maioria, são integrais. Como os cursos de BCT e Odontologia são cursos diurnos, já se exclui uma considerável parcela dos estudantes que não poderão abrir mão do trabalho durante a realização do curso.

Recorrendo aos índices do IBGE, no Censo de 2010, elas representam 30 pontos percentuais entre as mulheres universitárias. E representam somente 11,2% do conjunto de mulheres negras com acesso ao ensino superior. Porém, são 57% das trabalhadoras domésticas e 62,3% das trabalhadoras sem carteira assinada.

Quando analisamos o perfil discente, a porcentagem de negros do curso de BCT tem-se 49%. Fazendo o recorte gênero, as mulheres negras representam 24,4% do total de alunos, de acordo com a Tabela 6. Este número se equipara aos homens negros e representam quase 25% do total de discentes ativos. Em relação ao total de mulheres, as negras alcançam quase 50%. Delas, apenas 8% se declararam pretas. As pretas representam 4% relação ao total de discentes ativos. As mulheres pretas nos cursos de BCT, BHU e Odontologia representam respectivamente 4,07; 10,2 e 0,0 pontos percentuais. Por algum motivo, as mulheres pretas ainda possuem restrição na sua participação na universidade. Podemos dizer que as políticas ainda não deram conta de incluir as mulheres pretas na UFJVM.

As mulheres pretas continuam na corrida pela igualdade de carreiras. Os dados mostram que a inserção delas nos cursos, mesmo no que não é considerado de alto prestígio social, ainda está muito abaixo do esperado.

Márcia Lima *apud* Carneiro (2003) sobre Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras:

O fato de 48% das mulheres pretas [...] estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativos. E quando esta barreira social é rompida, ou seja, quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social, elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho”.

Tabela 3- Distribuição percentual por gênero, por curso, por raça

	Amarelo	Branco	Negros	Indígena	ND	Total
BCT						
F	0,93	13,01	24,39	0,23	10,45	49,01
M	0,70	14,29	24,85	0,00	11,15	50,99
Total	1,63	27,29	49,25	0,23	21,60	100,00
BHU						
F	1,02	7,85	38,00	0,11	20,82	67,80
M	0,46	5,57	17,18	0,00	8,99	32,20
Total	1,48	13,42	55,18	0,11	29,81	100,00
Odontologia						
F	1,02	16,61	29,15	0,00	25,08	71,86
M	0,34	9,83	7,80	0,00	10,17	28,14
Total	1,36	26,44	36,95	0,00	35,25	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4- Distribuição percentual por gênero, por curso, por raça

	Amarelo	Branco	Pardo	Preto	Indígena	ND
BCT						
F	0,93	13,01	20,33	4,07	0,23	10,45
M	0,70	14,29	20,56	4,30	0,00	11,1
Total	1,63	27,29	40,88	8,36	0,23	21,60
BHU						
F	1,02	7,85	27,76	10,24	0,11	20,82
M	0,46	5,57	13,54	3,64	0,00	8,99
Total	1,48	13,42	41,30	13,88	0,11	29,81
Odontologia						
F	1,02	16,61	29,15	0,00	0,00	25,08
M	0,34	9,83	7,12	0,68	0,00	10,17
Total	1,36	26,44	36,27	0,68	0,00	35,25

Fonte: Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados avaliados trazem uma reflexão bastante pertinente. Ao contrário do que se imaginava antes da realização do estudo, os números mostram que a quantidade de negros presentes nos cursos de BHU, e BCT são expressivos exceto no curso de Odontologia que apresenta um percentual menor. Entretanto, devido à escassez de dados demográficos específicos, impossibilitou um comparativo com a população regional deixando em aberto o questionamento se realmente os cursos representam a população.

Pôde-se perceber que os cursos se formam meio a uma desigualdade do corpo discente quanto a gênero e raça. O histórico de gênero e raça nas Engenharias e na área de Ciência e Tecnologia, mostra que houve um avanço significativo acerca de gênero. As mulheres estão ocupando maior número de vagas nas universidades, inclusive nas áreas ditas como masculinas, porém, onde estão as mulheres pretas nessas áreas? As mulheres negras tem alcançado representatividade até mesmo em cursos de maior prestígio social, que formam os espaços mais almejados na universidade. Entretanto as mulheres autodeclaradas pretas ainda estão sub-representadas nos cursos desse nível. Faz-se necessário então aplicar ações para que cada vez mais os espaços sejam ocupados, e assim as mulheres pretas serem representadas devidamente.

É necessário que as políticas de ampliação persistam para que possam suprimir as desigualdades no acesso, geradas pela cor/raça. Os números levam a acreditar que os negros já estão inseridos no campo da educação superior pública, especificamente em Ciência e Tecnologia. É fundamental dar continuidade a esse debate, pelo simples fato do nosso modelo de universidade ainda ser elitista, racista e excludente. Tratando-se de raça no Brasil, é impossível não associar a questão de classe ao tema, desse modo precisa-se não só garantir o direito à universidade, mas também a permanência dessas pessoas.

Do mesmo modo, as Engenharias precisam se tornar mais inclusivas, pois, não podemos pensar na sociedade de uma forma mais justa sem exigir uma sensibilização e problematização das questões sociais por parte dos cursos tecnológicos, e isso pode começar a ser resolvido acolhendo os menos favorecidos no curso, o que já é em si uma forma de transformação social.

É de bom grado, ainda, levar essa análise um pouco mais adiante e pensar nos fatos que os números não mostram. Sim, os números afirmam que temos uma equidade em raça no BCT, porém não é isso que os olhos que passam pelos corredores e assistem às aulas veem. Também devemos considerar o fato de que os números mostram uma parcela que não efetuaram a autodeclaração, e através desses está escondida uma grande margem do que realmente não vemos nas salas de aula. Então precisamos saber se os negros estão adentrando na universidade e permanecendo.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, F. O engenheiro e a Engenharia a serviço do progresso humano. **Revista do Instituto Politécnico da Bahia**, Salvador, n. 15, p.5-9, out. 2012. Trimestral. Disponível em: <<http://ipolitecnicobahia.org.br/revistas-ipb-do-brasil.php>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

ALVES, J. E. D; CAVENAGHI, S. M. Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil. Mediações-**Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 83-105, 2013. < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16472>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

ALVES, J. E. D; CORRÊA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. **Brasil**, v. 15, p. 121-223, 2009. http://www.unfpa.org.br/Arquivos/brasil_15_anos_cairo.pdf#page=121. Acesso em: 14 fev. 2016

ÁVILA, R. C. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Mal-Estar e Sociedade**, v. 2, n. 2, p. 91-106, jun. 2009. <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/13/0>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BAHIA, M. M.; LAUDARES, J. B. OPÇÕES DAS MULHERES POR ÁREAS ESPECÍFICAS DA ENGENHARIA, 2012. < http://www.files.scire.net.br/atrio/cefet-mg-ppget_upl/THESIS/187/monica_mansur.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2016

BAHIA, M. M.; LAUDARES, J. B. OPÇÕES DAS MULHERES POR ÁREAS ESPECÍFICAS DA ENGENHARIA, 2012. < http://www.files.scire.net.br/atrio/cefet-mg-ppget_upl/THESIS/187/monica_mansur.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2016

BAHIA, M. M.; LAUDARES, J. B. A Engenharia e a inserção feminina. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, 10, 2013, Florianópolis. Anais Eletrônicos. Florianópolis: ..., 2013. p. 1 - 10. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8733315-A-Engenharia-e-a-insercao-feminina.html>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

BARROSO, C. L. de M.; MELLO, G N de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 15, p. 47-77, 1975. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

BENEDITO, A. **Igualdade e diversidade no trabalho da mulher negra: superando obstáculos por meio do trabalho decente**. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

BEZERRA, N. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS SETE SABERES PARA A EDUCAÇÃO DO PRESENTE**. 2010.

BLAY, E A; DA CONCEIÇÃO, R. R. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**, n. 76, p. 50-56, 2013.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. **Estudos Feministas**, p. 9, 1999.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: **Takano Editora**, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, S. Gênero Raça e Ascensão Social. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544, 1995.

CENSO, DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. resumo técnico. Brasília: **Instituto Nacional de - Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2012.

CRISOSTOMO, M. A; DOS SANTOS REIGOTA, M. A. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 15, n. 2, 2010.

FARIAS, B. G. F. Gênero no mercado de trabalho: mulheres engenheiras. Curitiba. Dissertação: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2007.

HERINGER, R; PAULA, M. de (Org.). Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: **Fundação Heinrich Boll**, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2013. IBGE, 2013

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística do ensino superior 2002**. Brasília, 2003.

LIMA, A. Mulheres militantes negras: a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas. In: **Resumo do II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. 2013. p. 15.

LOMBARDI, M. R. Perseverança e resistência: Engenharia como profissão feminina. 2005. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

MUNDIAL, Banco. **A questão de gênero no Brasil**. PENA, Maria Valéria Junho &

NOGUEIRA, J. F. F. **Reforma da educação superior no governo Lula: debate sobre a democratização do acesso. 2008. 197f.** 2008. Tese de Doutorado. Dissertação (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Brasília: 2008.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, v. 30, n. 61, p. 29-51, 2007. http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/pucrs_artigo_2007_ACOliven.pdf. Acesso em 15 dez. 2015.

PEREIRA, R. S; et al. **MULHERES BRANCAS E NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO**, s.a.

PINTO, G. Trajetórias de mulheres negras estudantes de mestrado da UFF: um estudo sobre estratégias e possibilidades de ascensão social. **Cadernos Penesb**, 2006.

QUEIROZ, D. M. O negro e a Universidade brasileira. **Historia Actual Online**, n. 3, p. 7, 2004.

QUEIROZ, D. M. **Raça Gênero e Educação Superior na Bahia**. 2001. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–FACED.(Bahia: Universidade Federal da Bahia).

QUEIROZ, D. O acesso ao ensino superior: gênero e raça. **Caderno CRH**, v. 14, n. 34, 2001.

ROSEMBERG, F. Educação e gênero no Brasil. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. e-ISSN 2176-2767; ISSN 0102-4442, v. 11, 1994.

ROSEMBERG, F. Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. **Pro-posições**, v. 7, n. 3, p. 17-23, 1996.

SANTOS, A. P; DE CERQUEIRA, E. A. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes.** 2009.

SARAIVA, K. Produzindo Engenheiras. **Revista de Ensino de Engenharia**, [s.l], v. 27, n. 1, p.48-56, jan. 2008.